



**CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

ANA MÁRCIA SILVA

(depoimento)

2011

FICHA TÉCNICA

ENTREVISTA CEDIDA PARA PUBLICAÇÃO NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE

Entrevistada: Ana Márcia Silva

Entrevistador: Rodrigo Ferrari

Local da entrevista: Via Skype

Data da entrevista: 14/07/2011

Processamento da Entrevista: Rodrigo Ferrari

Páginas Digitadas: 9

Número da entrevista: E-331

Data da autorização para publicação no Repositório: 12/12/2013

Copidesque: Silvana Vilodre Goellner

Informações complementares:

Observações:

Entrevista realizada para a produção da Dissertação de Mestrado de Rodrigo Ferrari intitulada *Gestão da informação e conhecimento em esporte e lazer: o caso do Repositório Institucional da Rede CEDES (RIRC)*, apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina em fevereiro de 2012.

O Centro de Memória do Esporte está autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, este depoimento de cunho documental e histórico. É permitida a citação no todo ou em parte desde que a fonte seja mencionada.
--

SUMÁRIO

Participação da entrevistada na Rede CEDES; Participação em editais; Produção pesquisas na Rede CEDES; Impacto da produção da Rede CEDES; Revista Pensar a Prática; Repositório Institucional da Rede CEDES; Movimento de acesso livre à informação; Autoarquivamento; Novas tecnologias de informação e formação profissional em Educação Física.

Rodrigo: O primeiro tema do roteiro da pesquisa se refere à contextualização da sua participação na Rede CEDES, desde o início até hoje em dia.

Ana Márcia: É bastante coisa. Peço que você tenha paciência, pois a história de minha participação é longa e, portanto o depoimento pode ser um pouco caótico. Minha inserção na Rede CEDES inicia em novembro de 2003, quando fomos comunicados institucionalmente na UFSC da abertura de uma demanda induzida, um edital de demanda induzida para pesquisas que trabalhassem na perspectiva das ciências sociais e humanas. Imediatamente ao receber essa informação me foi solicitado pela SNDEL que divulgasse para todos os professores de EF da UFSC e eu o fiz, tanto para os colegas do CDS/UFSC quanto para os colegas que trabalhavam no Centro de Educação da UFSC. Antes de ter um projeto, contatei vários colegas, sobretudo os ligados ao NEPEF, perguntando se topariam participar de uma pesquisa integrada que articulasse várias frentes. Fiz esse contato previamente antes mesmo de ter uma clareza de qual seria o problema, os objetivos, a metodologia porque nós tínhamos pouco tempo, foi uma coisa de uma semana ou dez dias entre o anúncio da abertura do edital e a data final para inscrição de projetos. Por isso as coisas deveriam ser construídas concomitantemente. Tive o aceite dos colegas da UFSC e também dos colegas que estavam fazendo o Doutorado na UFSC, a Profa. Astrid e o Prof. Humberto Luis Inácio da UFPR, que também aceitaram o convite e construímos um projeto de pesquisa integrado com sete ou oito frentes de trabalho diferenciadas e articuladas com essa problemática, na perspectiva da pesquisa-ação. Tivemos o projeto aprovado. Lembro que o edital foi acompanhado por um comitê externo de avaliação que se reuniu em Brasília para avaliar os projetos e que haviam inscritos de todo Brasil; depois tive notícia e vi a ata de avaliação dos projetos onde o nosso do NEPEF foi classificado no primeiro extrato de prioridade, pois o resultado da avaliação classificou os projetos em diferentes níveis de prioridade. Eu inclusive tenho aquela ata até hoje em versão eletrônica, se é que não está disponível na página da Rede CEDES. Portanto, nosso projeto foi contemplado com o financiamento, tudo isso ocorreu em quatro ou cinco dias e por isso foi necessário recorrer, infelizmente, a fundação de amparo a pesquisa, porque junto a reitoria da UFSC não havia tempo possível porque o processo seria muito mais moroso. Foi minha primeira experiência de receber financiamento e de trabalhar com fundação e acho que era a FUNAP, a mais antiga das fundações da UFSC.

O trabalho desenvolveu-se muito bem com uma equipe de cerca trinta pessoas entre doutores, doutorandos, mestres, mestrandos, até especializando e graduando da UFSC. Foi uma experiência muito importante, talvez uma das mais importantes na minha formação como pesquisadora; foi uma experiência fenomenal e depois culminou que conseguimos uma boa gestão dos recursos, publicamos os três livros que haviam sido propostos no projeto inicial e com a sobra da verba organizamos e publicamos um quarto volume daquela coleção das Práticas Corporais. Esse trabalho foi desenvolvido ao longo de 2004 até julho de 2005 quando prestamos contas ao Ministério do Esporte, juntamente com a FUNAP que fez a prestação de contas financeira do projeto e nós

fizemos o relatório final técnico-científico que gerou três volumes de relatório com quase 800 páginas de relato do que foi o processo de pesquisa ação nesse um ano e meio de processo. Depois disso, desvinculei-me da rede, fiquei um tempo sem trabalhar com a rede, em 2006 sai para o pós-doutorado no exterior e retorno em 2007, mas só voltei a me articular com a rede já como Profa. da UFG em 2008. Foi num primeiro projeto de articulação com a Rede CEDES com o financiamento da revista Pensar a Prática, onde passei a ocupar a editoria desse periódico e já estou com o segundo financiamento da Rede CEDES para esse periódico.

Rodrigo: Eu queria retomar uma questão sobre a primeira pesquisa realizada na UFSC, ela foi induzida ou via edital?

Ana Márcia: Naquele momento nós não usávamos muito essas expressões, não me lembro bem disso. Lembro que a SNDEL recebeu autorização, essa verba nesse período de final de ano. Pelo que me foi informado eles dispararam uma série de mensagens eletrônicas para várias instituições e grupos de pesquisas do Brasil que já tinham alguma produção nesse âmbito das pesquisas sociais em Esporte e Lazer e todos que souberam e puderam se inscrever nesse curto prazo, tiveram seus projetos avaliados. Então, parece-me que não é demanda induzida tal como compreendemos hoje. Por exemplo, essa pesquisa que coordeno hoje junto a comunidades quilombolas em Goiás é uma demanda induzida, pois não disputamos edital. Naquele momento não foi isso. Foi um edital aberto, porém o prazo de divulgação foi muito reduzido e todas as pessoas, instituições e grupos que souberam e quiseram se inscrever puderam fazê-lo e passaram pelo crivo desse comitê externo que foi constituído de consultores, pesquisadores de diferentes universidades, convidados pela SNDEL.

Rodrigo: Interessante, porque até agora nas outras entrevistas o que foi relatado é que nesses primeiros projetos o processo foi praticamente via convite, por isso uma demanda induzida.

Ana Márcia: Tenho certeza absoluta que não. Houve uma grande concorrência e muito menos projetos que se inscreveram foram contemplados. Lembro que entre os argumentos mais acadêmicos como qualidade, nas avaliações dos projetos, tinham também critérios quantitativos, inclusive, foram mencionados naquela ata que eu estou lhe falando, desse comitê externo chamado para avaliar os projetos. O quantitativo do grupo de pesquisadores envolvidos em nossa pesquisa e dos diferentes níveis de formação acadêmica desses pesquisadores, como também do número de pessoas que foram envolvidas nesse projeto foram um diferencial positivo. Então esse foi um dos argumentos que o nosso projeto do NEPEF fosse classificado nessa faixa de prioridade,

o que resultou na aprovação do financiamento. Certamente não foi demanda induzida até onde eu consigo compreender esse tema, porque houve inscrição de muita gente, muitos lugares e projetos e foi um comitê externo ao ME que avaliou esses projetos, por isso, compreendo que não foi demanda induzida.

Retornando a etapa da UFG, em 2009 e 2010 fomos contemplados com um projeto de financiamento para editoração da Pensar a Prática como parte de uma das prioridades da divulgação do conhecimento que é meta da Rede CEDES. Em aproximadamente outubro de 2008 fomos contatados pela diretora da DCTEC, Leila Mirtes, que soube do grupo de pesquisa que estávamos estruturando aqui na UFG e aí sim nos fez um convite para coordenar um projeto especificamente relacionado a cultura Quilombola. Não houve edital, esse foi demanda induzida, nos indicaram os objetivos que consistiam, basicamente, em gerar conhecimento para subsidiar políticas públicas de esporte e lazer. Essas são expressões quase literais utilizadas tanto pela diretora de ciência e tecnologia quanto pela secretária de desenvolvimento do esporte e lazer do ministério e que nos deram uma faixa entre R\$ 100.000,00 e R\$ 150 000,00, informando que era o limite que eles poderiam dispor naquele momento para execução desse projeto de pesquisa. Justificaram isso dizendo que estavam recebendo uma série de pedidos, tanto do governo do estado de Goiás como de outros estados e várias prefeituras municipais para implantação de pólos do PELC em comunidades Quilombola. Na época a SNDEL não se sentia segura para financiar a implantação de pólos do PELC sem ter conhecimento produzido sobre quem são essas comunidades, quais são suas manifestações e práticas corporais, suas necessidades e interesses nesse âmbito do Esporte e Lazer. Com essa justificativa, a SNDEL conseguiu uma verba de financiamento para essa pesquisa visando construir um panorama um pouco mais geral desse universo da cultura Quilombola. O primeiro semestre foi de acerto desse projeto, foram enviadas várias versões. Tal como aquele projeto de 2004 na UFSC, aqui também compomos esse projeto coletivamente com doze colegas da faculdade de educação física da UFG e também convidamos professores das faculdades de educação e de ciências sociais, mais especificamente da antropologia e colegas da UNB. Também temos nesse grupo doutores, doutorandos, mestres e até graduandos que se incorporaram num coletivo de 28 pesquisadores que tocaram essa pesquisa entre 2009 e 2010. O financiamento foi efetivamente publicado no diário oficial em agosto de 2009, concluímos a pesquisa em dezembro de 2010 e prestamos contas em fevereiro de 2011. Esse foi o maior projeto que articulamos por aqui, junto a UFG.

Rodrigo: Sobre a questão de conhecer melhor a realidade dos Quilombolas para implementação dos núcleos do PELC, você acha que essa pesquisa se alinha mais com os propósitos da Rede CEDES, que é justamente produzir conhecimento para subsidiar o PELC?

Ana Márcia: Tenho um entendimento diferente, inclusive porque me parece que há uma anterioridade histórica da Rede CEDES em relação ao PELC. A Rede CEDES

surge para suprir uma necessidade de produção do conhecimento no âmbito do desenvolvimento do Esporte e Lazer de cunho social, contrapondo-se a Rede CENESP, que é voltada para o esporte de alto rendimento. Surge, então essa estruturação das cidades como um centramento das políticas públicas, mesmo as federais, e a implementação de projetos de pesquisa já articuladas com os conhecimentos produzidos pelos pesquisadores da Rede CEDES.

Rodrigo: Outra questão que estamos discutindo nesse trabalho é a importância do acesso aberto às informações e conhecimentos produzidos pela Rede CEDES, conseqüentemente as responsabilidades e compromissos dos pesquisadores nesse processo. Como a senhora avalia esse contexto?

Ana Márcia: Acredito que essa ação da Rede CEDES é fundamental, pois mantém uma coerência com a política científica em âmbito nacional, que me parece bastante adequada nesses últimos anos que o governo brasileiro tem adotado com a política de acesso aberto ao conhecimento. Não teria sentido trabalharmos na produção do conhecimento nessa intensidade e com esses objetivos da rede CEDES, se não pensássemos na socialização desse conhecimento. Para nós que trabalhamos no âmbito acadêmico isso também precisa ser feito por meio de periódicos acadêmicos, indexados e avaliados pela comunidade acadêmica da área. É importante a ação de publicação de livros, ainda que, penso, não possa ser uma exigência, pois cada tipo de pesquisa, cada produção do conhecimento também tem deferentes interfaces com a forma de tornar público esse conhecimento. Nem todas as pesquisas precisam ou devem ter livros como resultado final, mas o periódico acadêmico é fundamental e o financiamento público para isso também é essencial para que eles possam existir com qualidade. Por isso, me parece ser uma tarefa importante continuar dando vazão a isso com apoio a periódicos que tem se sustentado e mantidos pela própria comunidade acadêmica.

Rodrigo: Ana, eu não entendi direito a questão dos livros. A senhora acredita que nem todos os livros devem ser disponibilizados de forma aberta?

Ana Márcia: Acho que não me fiz compreender. Eu não quis dizer isso. O que eu informei é que nem todas as pesquisas da Rede CEDES deveriam incluir um livro, como forma de publicar seus resultados de pesquisa. Comentava que nem todas as pesquisas ou temáticas são mais bem apresentadas como resultado público na forma de livro, outras pesquisas podem gerar outros produtos: artigos, software, curta-metragens etc. Evidentemente que produto gerado com financiamento público, seja ele livro ou não, deve estar disponível gratuitamente, se possível on line, e a política de acesso aberto é uma das coisas mais acertadas que a política científica nacional, nas últimas gestões tem proporcionado, ou incentivado. Parece-me que é uma das políticas públicas mais adequadas do governo brasileiro e cumpre nossa obrigação como pesquisadores de instituições públicas e com financiamento público.

Rodrigo: Passando para a temática mais específica do repositório, primeiro eu queria perguntar se a senhora conhece e já utilizou o sistema.

Ana Márcia: Sim. Conheço e já utilizei o repositório, tanto para acrescentar informações derivadas aqui do grupo como para pesquisar informações de outros grupos.

Rodrigo: Com base nas experiências da senhora, qual é a sua avaliação do repositório, assim como possíveis limites e possibilidades de ampliação dessa ferramenta?

Ana Márcia: Eu considero o repositório uma das nossas melhores conquistas dessa última gestão. Porque o registro das informações, dos livros e da produção apenas na página do ME nos dava sempre na mão daquele gestor governamental que estava naquele período. Com o repositório temos o registro da informação, a memória das pesquisas na mão da comunidade acadêmica, nesse momento com vocês na UFSC, eu considero isso fundamental, porque temos muito mais permanência no âmbito da comunidade acadêmica e instituições de pesquisa do que nas políticas de gestão que nem sempre se transformam em políticas de estado. Do ponto de vista operacional do repositório temos um gargalo que o repositório faz tornar ainda mais visível, sobretudo no contexto das instituições federais de ensino superior, em que temos feito todo processo de pesquisa, toda formatação para divulgar o conhecimento produzido e também toda administração e gestão financeira das pesquisas. Não existe nem por parte das instituições nem por parte dos editais de pesquisa, e na rede CEDES acontece isso, nenhum tipo de previsão orçamentária para secretaria financeira ou administrativa das pesquisas. O que faz com que essa responsabilidade recaia sobre os coordenadores de pesquisa. É bastante trabalho, sendo que estamos submetidos a uma jornada de trabalho de sete dias por semana, 365 dias por ano. O repositório acrescenta mais trabalho as coordenações de pesquisa. É adequado, considero que essa ideia do arquivamento feito pelo próprio pesquisador é ainda a ideia mais lógica, porque é ele que sabe o que está produzindo, em que volume e onde está essa produção. Porém é preciso que os grupos e os órgãos de financiamento de pesquisa prevejam mais auxílio para essa administração, para possamos ter a esperança de ter no repositório de forma exata tudo aquilo que está sendo produzido pela comunidade.

Rodrigo: A fala da senhora se alinha com a da Profa. Gisele Schwartz de Rio Claro que inclusive sugere como resultado da pesquisa que ela coordenou a definição de certas

tarefas, como essas administrativas, para bolsistas específicos da pesquisa, especialmente no que se refere ao repositório.

Ana Márcia: Considero para que possamos avançar nas possibilidades do repositório é preciso pensar a pesquisa como um todo, ou seja, em toda a demanda de trabalho. A Rede CEDES precisa pensar melhor nisso, para que possamos ter mais esperança de articular melhor essas ações usando instrumentos como o repositório.

Rodrigo: Fazendo uma reflexão em relação a participação de todos os pesquisadores, como a senhora avalia a compreensão desses pesquisadores em disponibilizar suas produções no repositório? Pergunto isso porque na nossa avaliação essa participação deixou a desejar até esse momento.

Ana Márcia: Para além desse argumento que te apresentei, que diz respeito a sobrecarga dos professores universitários, sobretudo, os que trabalham mais diretamente com a pesquisa, fato que merece um peso bastante grande para compreender esse problema sério que você apontou, penso que há outro argumento importante que devemos considerar. Estamos aprendendo a fazer pesquisa, mais do que isso, estamos aprendendo a fazer pesquisa de forma coletiva e inter institucionalmente. São aprendizados que estão ocorrendo numa única geração de pesquisadores em educação física, ou de uma para outra geração de pesquisadores para o qual não fomos formados. Estamos nos formando durante o processo de fazer pesquisa. Vocês no repositório estão trabalhando com um aspecto da pesquisa que justamente a última etapa, que é dar publicidade ao produto do conhecimento. Não chegamos a enfrentar essa batalha com mais ênfase, somente os professores que estão vinculados aos programas de pós-graduação já se colocaram em pauta a questão da divulgação do conhecimento e precisam fazer isso pela própria sobrevivência do sistema de pós graduação, mas fazemos isso mais enfaticamente naquilo que nos dá um resultado imediato no “Lattes”.

O repositório representa um desejo de dar a conhecer, sobretudo, a comunidade da Rede CEDES e da educação física como um todo, mas ele não fornece um retorno imediato, pragmático para os pesquisadores e grupos de pesquisa. Além do pacto entre nós, que precisa ser lembrado sempre por vocês da coordenação do repositório e por cada um de nós que faz parte dessa rede seria trabalhar no sentido da articulação dos sistemas e que eles possam ser organizados nos moldes da interoperabilidade dos Lattes dos pesquisadores, que ao menos pudessem ser avisados via repositório quando há nova atualização no sistema. Enfim algum dado em que os meios informacionais pudessem nos ajudar nessa tarefa, a vocês e a nós. Aproveito para fazer uma autoavaliação que há de fato uma defasagem muito grande de tempo entre aquilo que escrevemos no Lattes e postamos no repositório. É preciso compreender que estamos aprendendo muito e em

pouco tempo, é importante termos paciência com a comunidade acadêmica para poder incorporar gradativamente cada uma dessas etapas do processo de produção do conhecimento.

Rodrigo: No âmbito dos repositórios se fala muito na necessidade do mandato que obrigue os pesquisadores a realizar o auto-arquivamento, e o próprio IBICT se alinha com essa proposta. O que a senhora acha sobre isso?

Ana Márcia: Esse é um tema controverso. Ao mesmo tempo em que sabemos que boa parte de nossas aprendizagens se dão por coerção mais do que por convencimento, é preciso lembrar sempre a lógica desse tempo que estamos vivendo. Um tempo de sobrecarga de trabalho com várias outras demandas institucionais que já são obrigatórias. Talvez, a Rede CEDES tenha tido tanto sucesso porque trabalha muito a partir da adesão voluntária ao edital, a ideia de conformação de uma rede que foi adquirindo força com o passar do tempo. Se colocarmos uma obrigatoriedade de depósito dos produtos no sistema podemos criar problemas internos sérios na própria comunidade que participa e coordena a Rede CEDES. Poderíamos fazer experimentalmente um trabalho para os próximos editais da Rede CEDES, talvez temporariamente para que isso possa ser incorporado ao cotidiano dos grupos de pesquisa e com a aprovação de bolsas para estudantes no interior dos editais, mas acho que isso resolve apenas parcialmente o problema do repositório. Até onde pude compreender nas exposições de vocês em Foz de Iguaçu e Brasília, o repositório tem capacidade e intencionalidade de ir muito para além das produções da Rede CEDES. Dessa forma seria necessário pensar políticas de expansão disso para outros fóruns e redes de pesquisa que atuam nacional e internacionalmente. Desde a Rede CENESP, caso seja obrigado a tornar obrigatório o auto-arquivamento nos editais, penso que deveria fazer parte de uma política para todo ME e para outras redes que se articulam a partir do CNPQ, Capes, Fundação Carlos Chagas, enfim, em outros âmbitos da política científica nacional. Também se poderia incentivar o uso do repositório nas redes que se estruturam entre os grupos de pesquisa e entre as instituições do ensino superior em âmbito internacional. Deveríamos ter, ao menos, políticas de dar a conhecer o repositório e de ensinar metodologias de uso e vantagens, enfim, tornar o repositório mais instrumental. Penso que deveríamos amadurecer ideias nessa direção também.

Rodrigo: Outra questão importante para nossa pesquisa é se a senhora já sugeriu o repositório com referência de leitura e pesquisa para seus alunos?

Ana Márcia: Não. Até o momento não sugeri o repositório como uma fonte de pesquisa para meus alunos.

Rodrigo: A senhora não recomendou por não achar relevante o repositório como fonte de pesquisa ou por outro motivo?

Ana Márcia: Sem dúvida não foi porque não é relevante. Em primeiro lugar porque há um vício pelo Google acadêmico como principal ferramenta de pesquisa, sobretudo entre os alunos da graduação que tem mais dificuldades em consultar repositórios da CAPES, Domínio Público, e também o nosso da rede CEDES. Segundo lugar porque eu ainda não trabalhei com essa dimensão, mas a partir da sua pergunta faço a auto-crítica e já vou indicar no próximo semestre e sugerir como parte de nosso campo de pesquisa. Obrigada pela lembrança.

Informo, também que fiquei com a informação dada pelo Giovani em dezembro em Brasília, de que havia poucos produtos disponíveis, talvez essa seja uma justificativa para não termos colocado o repositório como parte dos nossos campos de pesquisa mais cotidianos. Porém, explica, mas não justifica.

Rodrigo: Um último tópico que queria propor é uma reflexão sobre a relação do conhecimento científico e da tecnologia, como a senhora observa essa realidade com base no caso do repositório?

Ana Márcia: Sobre o domínio das tecnologias da informação e do conhecimento, até onde temos estudado, de fato no Brasil e no exterior, o domínio e uso dessas ferramentas pelos professores de educação física ainda é muito pequeno. Principalmente na geração de pesquisadores que faço parte, pois não somos nativos digitais e ainda contamos com resistência de muitos colegas que tendem a negar os aspectos positivos dessas tecnologias. Acredito que na sua geração isso já seja bastante diferente, pois já são quase todos nativos digitais ou se apropriaram com mais facilidade. De todo modo, sou bastante otimista nesse processo porque como pesquisadores aprendemos rápido, nós professores de educação física, e estamos nos apropriando bastante rápido das novas tecnologias. Penso que o repositório e outras dessas iniciativas já estão no cotidiano de nosso trabalho e não é possível mais produzir conhecimento, muito menos divulgar o conhecimento produzido, sem ter a mediação dessas novas tecnologias. Isso é um mal necessário para alguns e para outros, como eu, é uma benesse. De todo modo, tanto para aqueles que gostam como para os que não gostam está dada a necessidade e a possibilidade e penso que isso está sendo rapidamente incorporado ao cotidiano pela força dos alunos que chegam à graduação presencial, nos cursos de EF a distancia. As novas tecnologias entram nas instituições e nos processos de formação profissional e de pesquisa e resta a nós nos apropriarmos e fazer delas aliadas no processo, ainda que não sem perdas e sem problemas que a própria lógica das mediações impostas pelas novas

tecnologias deve ser considerada no processo de mediação e divulgação do conhecimento. Há vários problemas que estão dados e que precisamos estudar mais detalhadamente no âmbito da pesquisa.